

CAPACITISMO: SUPERAR A CORPONORMATIVIDADE PARA ROMPER COM A EDUCAÇÃO EXCLUDENTE

Karen Stefanny Crisostomo Ramos ¹
Iara Gonçalves de Aguiar Sant'Anna ²

RESUMO

Os dados mais recentes acerca da matrícula de estudantes público-alvo da Educação Inclusiva no Brasil evidenciam um crescimento, quando em comparação à última década. Porém, pensar as matrículas, via políticas públicas, mas não sustentar práticas que visem a permanência de alunos com deficiência na Educação Básica, reflete a urgência em se pensar sobre estratégias de práticas inclusivas, as quais vão na contramão do capacitismo. Capacitismo é um conceito recente nas pesquisas envolvendo a perspectiva da inclusão de pessoas com deficiência e aponta para a forma como os corpos de pessoas com deficiência são lidos como “incapazes”. Dito isso, o presente artigo tem como objetivo geral refletir sobre como o capacitismo, bem como suas bases, se configuram como elementos que impulsionam práticas pedagógicas excludentes. Temos também como objetivo específico a proposta de dialogar acerca da urgência em formar educadores para uma escola efetivamente mais inclusiva, rompendo com atitudes capacitistas. A metodologia utilizada foi a revisão de literatura, do tipo narrativa, por meio da qual foi possível analisar pesquisas desenvolvidas sobre a temática. Unindo-se às análises dos textos escolhidos, tem-se também a conexão de uma perspectiva crítica acerca dos processos de inclusão x exclusão estudados e vivenciados pelas autoras em suas práticas na Educação Básica. Nos resultados da pesquisa identificamos a ausência de materiais que se direcionassem especificamente para as práticas pedagógicas, constatando que o conceito de capacitismo ainda está começando a ser discutido no Brasil. O capacitismo evidenciado nas práticas pedagógicas permeiam o ambiente escolar e nos sinalizam a urgência em (re)pensar as práticas formativas dos educadores mediante o suporte adequado aos alunos público-alvo da Educação Inclusiva. Ser parte de uma educação que acolhe é estar atento às diversidades de poder aprender, e, portanto, demanda de toda a comunidade escolar práticas acessíveis.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Capacitismo, Práticas Pedagógicas, Formação de Professores.

INTRODUÇÃO

Em março de 2024, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) publicizou dados referentes às matrículas de pessoas com deficiência na educação especial obtidos por meio do Censo Escolar 2023. Do total de 1.771.430 matrículas na educação especial, o ensino fundamental recebeu 62,90%

¹ Psicóloga; Especialista em Psicologia Educacional e do Desenvolvimento (UNIFOR); Especialista em Psicomotricidade (UNIFOR); Docente da Graduação em Psicologia do Centro Universitário Fametro – UNIFAMETRO; karencrisostomo19@gmail.com

² Doutoranda em Educação: Psicologia da Educação e Mestre em Educação: Formação de Formadores (PUC/SP); Especialista em Educação Especial com ênfase em altas habilidades/ superdotação (UNESP), especialista em Gestão da Educação Pública (UNIFESP), formadora de professores e coordenadora pedagógica da rede de ensino municipal da cidade de São Paulo; cpiaraaguiar@gmail.com



(1.114.230) delas, seguido pela educação infantil (com 16% ou 284.847 matrículas) e posteriormente pelo ensino médio (com 12,6% ou 223.258 matrículas).

Outro dado importante apresentado pelo Censo 2023 é que o público-alvo da educação especial que tem entre 4 e 17 anos está sendo atendido majoritariamente nas escolas regulares, com a constatação de que sua chegada nas classes comuns subiu de 94,2%, em 2022, para 95% em 2023.

Na contramão dos dados que acabamos de verificar, o site Agência de Notícias IBGE informou em 07/07/2023 que apenas uma em cada quatro pessoas com deficiência conclui o Ensino Básico Obrigatório no Brasil. Essa contradição nos dados revelados por órgãos oficiais do governo brasileiro justifica a necessidade de refletir sobre quais são os obstáculos que se impõem durante a jornada de escolarização de pessoas com deficiência.

Uma das características que sustentam o processo histórico de exclusão de estudantes com deficiência é o capacitismo, um conceito recente nas pesquisas sobre inclusão de pessoas com deficiência e que aponta para a forma como os corpos dessas pessoas são lidos como “incapazes” (Mello, 2016).

No contexto escolar, precisamos nos aproximar de que, quanto menos se evidencia a produção de práticas excludentes, menos os educadores se apropriam do que é de sua responsabilidade ao construir um espaço escolar que garanta os direitos dos estudantes. Aprendemos com Mantoan (2003) que pensar a inclusão é nos aproximar de compreender as diferenças e entender que não é possível pensar em inclusão senão partindo da pluralidade.

Nessa senda, é de suma importância e temos como objetivo geral refletir sobre como o capacitismo, bem como suas bases, se configuram como elementos que impulsionam práticas pedagógicas excludentes. Temos como objetivo específico a proposta de dialogar acerca da urgência em formar educadores para uma escola efetivamente mais inclusiva, rompendo com atitudes capacitistas.

A escolha dessa temática para análise e discussão advém das práticas das autoras como educadoras atuando na educação básica brasileira, uma como pedagoga e gestora pedagógica e a outra como psicóloga escolar. Ao fazer parte do cenário educacional, nos deparamos constantemente com práticas que segregam e produzem sofrimento, sendo assim nossa obrigação enquanto pesquisadoras ampliar essas discussões.

REFERENCIAL TEÓRICO



Para elucidar o que é capacitismo, optamos por começar esta seção apresentando a origem da expressão. Oriunda da língua inglesa,

as palavras *ableism* e *disablism* foram construídas com os seguintes componentes: *able* (o capaz) ou *disabled* (o incapaz) e o sufixo *ism* (doutrina, sistema, teoria, tendência, corrente etc., com sentido pejorativo). Portanto, a tradução dessas duas palavras para a língua portuguesa brasileira deveria seguir as terminologias da época, resultando em: *ableism* = capacitismo; *disablism* = deficientismo [...] O *ableism* (ou *ablism*) está focalizado nas supostas capacidades das pessoas sem deficiência como referência para mostrar as supostas limitações das pessoas com deficiência. (Sassaki, 2012 apud Mello, 2014, p.56).

Segundo Mello (2014), havia necessidade de tornar visível a opressão contra pessoas com deficiência, contudo não havia em estudos nacionais uma categoria analítica que expusesse esse tipo de discriminação, como acontece, por exemplo, com misoginia, racismo e homofobia. Por essa razão surgiu a necessidade de adotar a palavra capacitismo, dando nome aos fatos relacionados a esse segmento.

O capacitismo utiliza como referência as supostas capacidades de pessoas sem deficiências, conforme exposto anteriormente, colocando em evidência as supostas incapacidades de quem tem deficiência, ou seja, está apoiado no desvio daquilo que é considerado padrão para o funcionamento dos corpos. Ocorre que o modelo padrão de funcionamento dos corpos foi elaborado historicamente por grupos dominantes, colonizadores, que reproduziram a discriminação de forma estrutural nas diversas atividades da sociedade, utilizando serviços e equipamentos para o aparelhamento estatal como forma de alcançar maior parte da população e naturalizar o processo de exclusão.

A essa concepção de que apenas os corpos perfeitos a partir de um determinado modelo são funcionais dá-se o nome de corponormatividade (Mello, 2014). Esse termo denuncia aspectos enraizados em uma estrutura social, onde apenas padrões corporais hegemônicos são capazes de realizar atividades e participar plenamente dessa sociedade, perpetuando intermináveis experiências de discriminação com quem apresenta formas diversas de existência, culminando no que hoje chamamos de capacitismo.

As formas de manifestação do capacitismo podem ser intencionais ou não. Por vezes, aparece diretamente pelo uso de termos pejorativos, olhares ofensivos ou mesmo afastamento corporal. Mas em outros momentos, pode surgir envolto por comportamentos que beiram a piedade e a proteção. De uma ou de outra forma, o imaginário social é alimentado com a ideia de que pessoas com deficiência são incapazes, frágeis, dignas de pena e completamente dependentes.



A Educação, via de regra, funciona como espaço de manutenção de modelos sociais, sendo utilizada amplamente como ferramenta eficaz na formação das pessoas que darão seguimento ao modelo pré-estabelecido. Sobre isso, Bedoya (2024, p.7) lembra que a “educação era provida dos conteúdos civilizatórios que o Estado-nação devia administrar, a fim de estabelecer, por mecanismos pedagógicos, a ordem social e de cidadania que o sistema capitalista precisava para se desenvolver em cada Estado-nação”.

Isso aponta para o que temos visto historicamente, que é a perpetuação do capacitismo, inclusive institucionalmente, como parte de um modelo social neoliberal que tem encontrado nos resultados de seu *modus operandi* o desgaste das relações e o esgarçamento de políticas que já não dão conta de sustentar o funcionamento pleno das sociedades onde estão instauradas, entre elas, a nossa.

O que se conseguiu nesse modelo foi a ampliação de discursos de ódio, de intolerância, práticas de exclusão, fomentando nos grupos discriminados o desejo de luta pela conquista de seus espaços, pela valorização de suas vidas e pelo direito de serem reconhecidos a partir de sua pluralidade:

Em decorrência, questiona-se a necessidade de refletir sobre a insustentabilidade do atual sistema educacional, dependente dos conhecimentos eurocêntricos e ocidentalizados, e da sua epistemologia racista, patriarcal, colonizadora, cujo impacto depredatório incide na formação de cidadãos(ãs) críticos(as) e participativos(as). Finalmente, abre-se o debate sobre a demanda histórica, face à crise hegemônica da modernidade e do sistema capitalista neoliberal, e sobre o empoderamento de práticas discursivas emergentes, a partir da perspectiva dos(as) protagonistas do Sul global para fortalecimento da luta política em defesa de um novo projeto educacional decolonial, em ruptura com o paradigma de modernidade. (Bedoya, 2024, p. 5)

A abertura à discussão dos fatores que são pilares dos processos excludentes reverbera em diversos setores da sociedade, chegando até nós, profissionais que atuamos na Educação. Acreditamos em sua importância e a trazemos cada vez mais para perto, no intuito de desvelar em nossas realidades como se concretiza a exclusão dentro das escolas, de que forma podemos encampar movimentos que favoreçam a consciência sobre ela e definição de estratégias para vencê-la.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste trabalho foi a revisão de literatura, que “[...] é o processo de busca, análise e descrição de um corpo do conhecimento em busca de resposta



a uma pergunta específica” (Unesp, 2015, p.2). Neste formato de pesquisa é possível analisar obras como livros, artigos publicados em periódicos, teses, dissertações, dentre outros. De modo mais específico, escolhemos a “revisão narrativa”, pois “[...] não utiliza critérios explícitos e sistemáticos para a busca e análise crítica da literatura. A busca pelos estudos não precisa esgotar as fontes de informações” (Unesp, 2015, p.2).

Foi realizada busca e análise de estudos publicados nas plataformas Scielo e Biblioteca Brasileira Digital de Teses e Dissertações (BDTD), em revistas da área e em documento elaborado por uma universidade. Usamos um operador booleano e as palavras-chave, assim combinados: “capacitismo” and “escola”, e “capacitismo” and “professores”.

Como encontramos poucas publicações que se remetessem aos objetivos desta pesquisa, não foi realizado um recorte temporal, mas uma escolha entre artigos, dissertações e teses analisadas, cuja temática do capacitismo estivesse como centro das discussões.

Na plataforma Scielo, localizamos cinco artigos. Desse total, um foi escolhido tendo em vista a proposta desta pesquisa.

Na BDTD, usamos os mesmos recursos e encontramos três dissertações. Considerando que umas delas tratava de maneira específica o Transtorno do Espectro Autista (TEA), que não é o foco desta pesquisa, utilizamos as outras duas. Acrescentamos ao quadro uma tese localizada nas referências de alguns trabalhos. Por ter conteúdo relevante, a inserimos como parte do referencial e como aporte para todas as reflexões.

Unindo-se às análises dos textos escolhidos, tem-se também a conexão de uma perspectiva crítica acerca dos processos de inclusão x exclusão, estudados e vivenciados pelas autoras em suas práticas na Educação Básica, e utilização de outros materiais considerados pertinentes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como forma de organizar os dados encontrados para discussão, abaixo tem-se duas tabelas: uma com as dissertações e tese eleitas para análise e a outra com o artigo. Esses textos guiarão as análises, cujo foco é responder aos objetivos de pesquisa.



Quadro 1: Dissertações e Tese encontradas na BDTD

N.º	Autor (es)	Título	Publicação
Dissertação n.º 1	MAPURUNGA, Francisco Alexandre Dourado	Capacitismo no contexto escolar: entre preconceito estrutural e perspectivas emancipatórias	2024
Dissertação n.º 2	PAIXÃO, Mara de Souza	Educação inclusiva, formação docente e capacitismo: um estudo com professores na cidade de Parnaíba no estado do Piauí	2024
Tese	MELLO, Anahí Guedes de	Gênero, deficiência, cuidado e capacitismo: uma análise antropológica de experiências, narrativas e observações sobre violências contra mulheres com deficiência	2014

Fonte: elaborado pelas autoras (2025)

Quadro 2: Artigo encontrado na Scielo

Autor (es)	Título	Publicação	Ano
FERREIRA, Simone de Mamann; GESSER, Marivete; BÖCK, Geisa Letícia Kempfer	Narrativas de estudantes da educação básica sobre o capacitismo e o anticapacitismo presentes nas práticas pedagógicas na escola	Revista Brasileira Estudos Pedagógicos	2024

Fonte: elaborado pelas autoras (2025)

A tese selecionada (Mello, 2014) apresenta toda a fundamentação acerca do capacitismo e corponormatividade utilizada até o momento. Embora não seja um trabalho específico sobre práticas pedagógicas, a conceituação trazida pela autora colabora para a compreensão do fenômeno do capacitismo na Educação.

Já as dissertações trazem em comum os efeitos do desconhecimento em relação ao capacitismo, partindo da formação inicial que os educadores recebem, chegando a impactar diretamente na rotina pedagógica. A dissertação n.º 1 (Mapurunga, 2024) elegeu como participantes “[...] pessoas com deficiência, ativistas da inclusão, familiares, professores do atendimento educacional especializado, professores da sala de aula comum e gestores” (p.38).

Durante a pesquisa, foram desenvolvidas oficinas direcionadas para professores, envolvendo alguns temas como “[...] modelos de interpretação da deficiência, direitos humanos, inclusão escolar, eugenia, ética do cuidado etc.” (p.69). Algumas falas foram aqui escolhidas para evidenciar as lacunas produzidas nas práticas capacitistas.

Uma das perguntas introdutórias, na oficina 1, para os professores foi sobre “O que é deficiência para você?” As respostas apresentaram a compreensão de que a deficiência está ligada à dimensão do corpo, isto é, partindo do que “falta” para definir o que é a característica da deficiência. O autor destaca que “[...] a ausência de referências às



barreiras ou questões que desloquem o problema da deficiência para além do corpo com impedimento permitem codificar esse trecho como ‘deficiência: limitação’” (p.78).

Ao longo dos relatos dos professores participantes, Mapurunga (2024) segue trazendo reflexões fundamentais sobre como as práticas pedagógicas capacitistas se dão no cotidiano escolar. Ele cita uma professora e gestora de uma escola exclusiva para pessoas com deficiência visual que afirma que a inclusão não acontece na escola regular devido a uma série de situações excludentes, direcionando para uma fala que utiliza “[...] as sutilezas e os subterfúgios que o capacitismo opera para minar a inclusão” (Mapurunga, 2024, p.81).

O autor também afirma, na p. 57 de seu trabalho, que o conceito de capacitismo é ainda muito recente nas produções acadêmicas brasileiras, tendo sido Anahí Guedes de Mello, uma antropóloga brasileira, que primeiro citou o termo capacitismo em sua dissertação de mestrado em 2014. Esse aspecto da recente construção do diálogo sobre o tema ficou explícito ao pesquisarmos dissertações e teses brasileiras que trouxessem o termo “capacitismo” em seus títulos, pois quase não encontramos.

Ainda sobre a análise da dissertação n.º 1, há demarcada a ausência da dimensão do modelo social de deficiência nos discursos constantes dos professores e a reafirmação dos discursos excludentes partindo do modelo médico de deficiência. O autor traz que:

Podemos identificar a presença dessa relação dialética entre inclusão e capacitismo nos discursos e práticas escolares quando, por exemplo, garante-se o acesso e os apoios para as pessoas com deficiência, no entanto, a garantia desse direito universal à educação se orienta por laudos médicos ou quando, de resto, a discussão das políticas de educação inclusiva acaba sendo pautada predominantemente a partir do modelo médico (Mapurunga, 2024, p.82).

Corroborando com as discussões trazidas acima, a dissertação n.º 2 (Paixão, 2024), foi desenvolvida na cidade de Parnaíba-PI, por meio de entrevistas com dez professores formados em diferentes áreas de saber: três biólogos, dois filósofos, um historiador, um licenciado em Letras/Português, um químico, dois licenciados em Letras/Inglês (p.71). Sobre o perfil dos pesquisados, oito professores têm ou estão finalizando especializações e apenas dois sem especializações pretendem cursar.

Esse dado é importante para entendermos que a ausência de formação sobre práticas inclusivas direcionada aos educadores dificulta a elaboração de práticas anticapacitistas. O aprofundamento desses profissionais em suas áreas de estudo não garante que estejam se aproximando de conceitos inclusivos. Isso se evidencia na fala da pesquisadora quando



afirma que “Dos 10 docentes entrevistados, sendo estes de seis licenciaturas diferentes, foram unânimes em responder que não cursaram nenhuma disciplina que abordasse de forma direta a inclusão, capacitismo, educação inclusiva” (Paixão, 2024, p.84).

Dentre algumas falas escolhidas para discutir sobre como os professores significam capacitismo, temos: *“Não sei do que se trata. Já ouvi falar algo, mas não saberia conceituar (C3)”* (p.74); *“Tem a ver com fazer com que uma pessoa com deficiência seja hábil para desenvolver algumas atividades que por conta da deficiência, a princípio ela não consegue (E5)”* (p.74); *“Capacitismo são os estereótipos em relação às pessoas com deficiência. É a visão social errônea que diz que a pessoa com deficiência não vai ter a capacidade de desenvolver atividades como as pessoas sem deficiência (D4)”* (p.82).

Agir por meio de posturas anticapacitistas nos convoca a mobilizar percepções diferentes sobre estudantes com deficiência e superar o entendimento que diversas condições neurobiológicas são um “problema”, bem como compreender que não nos cabe colocar “[...] responsabilidade da deficiência na pessoa que encontra dificuldades em realizar suas atividades, perpetuando assim uma compreensão capacitista” (Paixão, 2024, p.81).

Tal barreira acaba por dificultar com que os professores utilizem seu saber acadêmico para repensar os suportes ao processo de ensino-aprendizagem. A autora também afirma que essa lacuna formativa na história dos professores pesquisados constitui-se como entrave na organização do planejamento pedagógico. Segundo Paixão (2024):

É importante pontuar que a busca do educador por conhecimento deve ser uma constante, porém se desde o início de sua profissionalização já não há um incentivo a esse tipo de mobilização ele acaba por formar-se sem referências/parâmetros inclusivos por não ser uma realidade que componha a sua identidade docente construída/constituída no decorrer de seu processo formativo (p.74).

Esses dados, produzidos a partir da colaboração de profissionais e outros adultos envolvidos com processos de inclusão e seus percalços, devem servir para subsidiar propostas de formação docente alinhadas às reais omissões vividas. Nesse sentido, é válido considerar as vozes de estudantes com deficiência, ampliando a discussão a partir da perspectiva de quem sofre o capacitismo, uma forma de violência que acaba impedindo a construção de suporte a essas pessoas.



No artigo “Narrativas de estudantes da educação básica sobre o capacitismo e o anticapacitismo presentes nas práticas pedagógicas na escola” (Ferreira; Gesser; Böck, 2024), escrito a partir de uma pesquisa realizada com alunos de ensino fundamental, as autoras revelam que o capacitismo é o responsável por manter vivo o mito do “aluno ideal”, passando pelo processo de rotulação e estigmatização dos estudantes com deficiência. A corponormatividade, a ideia de que apenas os corpos “padrão” são funcionais e capazes de aprender e desenvolver muitas habilidades e competências é a principal responsável pela subalternagem, distanciando as práticas escolares do acolhimento da diversidade.

Alguns fatores são reflexo do capacitismo nas escolas: planejamentos num modelo único, recursos inadequados, hierarquização das formas de aprender e se relacionar com o conhecimento e, entre tantos outros, o foco no conteúdo, que “não enxerga e nem trabalha para explorar o potencial das pessoas com deficiência[...] isso se reflete em indicadores como taxa de repetência, evasão e distorção idade-série, que tem nos estudantes com deficiência uma média maior do que entre os demais alunos.” (Diversa, 16/08/2024), justificando os dados contraditórios apresentados no início deste trabalho.

Nos resultados do artigo (Ferreira; Gesser; Böck, 2024), encontramos cinco categorias temáticas surgidas da análise das contribuições dadas pelos sujeitos pesquisados. Todas são importantes, mas há três que mais representam a manifestação do capacitismo em espaços escolares. Uma delas é a 2ª categoria, assim denominada: “Ninguém fala a minha língua: as práticas pedagógicas que reproduzem o capacitismo”. Nela, a pesquisa expõe práticas que não atendem às necessidades dos estudantes e que não incorporam estratégias, atividades e avaliações diversificadas, tornando-se capacitistas. Pelos relatos dos sujeitos pesquisados, é notório o silenciamento desse público e a não observância da necessidade de considerar as diversas formas de aprender, sendo crucial que a variedade de linguagens e estratégias atenda os processos individuais de aprendizagem dos estudantes.

Formas únicas de trabalhar não atendem a particularidade de estudantes que sentem a necessidade de movimentação corporal em espaços onde se espera que fiquem sempre sentados, sendo seus comportamentos considerados inadequados, ignorando que são parte do processo de aprendizagem daquele indivíduo.

Na 3ª categoria, intitulada “Coitado dele, como consegue fazer essas coisas?”, o artigo traz distintas concepções de deficiência que coexistem num mesmo espaço. A primeira delas é pautada no modelo médico e enfatiza as lesões ou dificuldades das



peessoas que são vistas numa perspectiva que está estreitamente relacionada à corponormatividade, ou seja, por suas características particulares que fogem ao padrão “normal” estabelecido socialmente, sendo entendidas pelo viés da incapacidade e coitadismo. Por sua suposta incapacidade, a pessoa com deficiência encontraria apenas na escola especial o lugar seguro e apropriado para seu desenvolvimento possível. Ideias como essas estão internalizadas na sociedade, demonstrando que o capacitismo é estrutural.

As próprias pessoas com deficiência, em parte, podem sentir-se burras diante de práticas pedagógicas que não contemplam suas especificidades, gerando sentimento de incapacidade e promovendo a perpetuação de barreiras no espaço escolar, especialmente as atitudinais e procedimentais, reforçando a crença de que só a escola especial é o local para suas aprendizagens.

Outras situações cotidianas que estão atreladas ao capacitismo é a prática do bullying, que tem relação direta com a corponormatividade.

A segunda concepção de deficiência parte do modelo social, que considera que as barreiras sociais são os desafios a serem vencidos para que pessoas com deficiências possam fazer pleno exercício de sua cidadania. Esse modelo reconhece a diversidade como condição humana.

Por fim, na 4ª categoria: “Os professores são bem atenciosos. Eles botam as atividades no meio das brincadeiras”, temos práticas pedagógicas com elementos anticapacitistas como instrumentos para a transformação das realidades escolares, acreditando que temos ações de grande valor acontecendo em diversas escolas e que a sua visibilidade inspira e estimula mais profissionais a buscarem soluções viáveis.

As aulas devem ser interativas, uma coisa que eu gosto bastante é a aula de inglês, o professor vai lá e ele não é daqueles que passa uma coisa no quadro e depois senta e deixa a gente fazendo, não, ele pega lá a apostila e vai tirando dúvidas, e nisso pede pra gente anotar no caderno o que a gente acha importante, ele vai tirando as dúvidas, ele vai fazendo perguntas. (Comunicação pessoal, novembro, 2021).

Conforme é possível depreender do depoimento, existem professores que variam suas estratégias, despertando interesse e tranquilidade nos alunos para sanar dúvidas e construir conhecimento de forma autônoma. Além disso, estudantes abandonam a passividade e passam a adotar uma postura ativa aprendendo a fazer um exercício de autoanálise, descobrindo as melhores formas para aprender.



As autoras do artigo explicam que em outros depoimentos foi possível observar liberdade para utilização dos espaços e para interação com pares, promovendo ambiente descontraído, alegre, de interação e de cuidado mútuo, favorecendo a aprendizagem. Esse modelo de aula rompe com modelos capacitistas baseado na corponormatividade, reconhecem a diversidade e buscam alternativas diversas para um público diverso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta pesquisa demonstrou que falar sobre corponormatividade e capacitismo é algo muito recente no Brasil. Em pesquisas genéricas é possível encontrar que existem discussões sobre o tema desde o início dos anos 2000, mas foi em 2014 que o termo capacitismo foi utilizado por uma antropóloga e ativista em sua pesquisa de mestrado (Mello, 2014), se tornando um referencial importante sobre o tema.

Com relação à Educação, a escassez de materiais que tratam sobre capacitismo nas práticas pedagógicas ficou evidente pelas buscas realizadas nas bases de dados, o que nos impele a tarefa urgente de ampliar os fóruns de debates e implementação de momentos formativos para docentes, em busca da compreensão sobre o que é capacitismo e elaboração de estratégias com vistas à superação da escola excludente.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **Pessoas com deficiência têm menor acesso à educação, ao trabalho e à renda.** Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37317-pessoas-com-deficiencia-tem-menor-acesso-a-educacao-ao-trabalho-e-a-renda>. Publicado em 16 de agosto de 2024. Acesso em 01 abr. 2025.

BEDOYA, Luis Eduardo Torres. Educação, exclusão e práticas discursivas de desinformação: nuances da natureza sistêmica da educação ocidentalizada, exigência para uma luta política educacional decolonial no sul global. **Educação em Debate**, Fortaleza, ano 46, n.º 93 – set./dez. 2024.

DE CAMARGO, Flávia Pedrosa; DE CARVALHO, Cynthia Paes. O Direito à Educação de Alunos com Deficiência: a Gestão da Política de Educação Inclusiva em Escolas Municipais Segundo os Agentes Implementadores. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Bauru, v.25, n.4, p.617-634, Out.-Dez., 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbee/a/XRCWL7VZfdx9LvWK4CVQKnN/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em 01 abr. 2025.



DIVERSA. **Painel de Indicadores da Educação Especial é atualizado com dados do Censo Escolar 2023.** Disponível em: <https://diversa.org.br/noticias/painel-de-indicadores-da-educacao-especial-e-atualizado-com-dados-do-censo-escolar-2023/> . Acesso em 01 abr. 2025.

FERREIRA, Simone de Mamann; GESSER, Marivete; BÖCK, Geisa Letícia Kempfer. Narrativas de estudantes da educação básica sobre o capacitismo e o anticapacitismo presentes nas práticas pedagógicas na escola. **Rev. bras. Estud. pedagog.**, Brasília, v. 105, e5821, 2024. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbeped/a/6K78VLH8BBSNQLtgjTQ8kkc/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em 01 abr. 2025.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MAPURUNGA, Francisco Alexandre Dourado. **Capacitismo no contexto escolar: entre preconceito estrutural e perspectivas emancipatórias.** 2024. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Fundação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/78619/3/2024_dis_fadmapurunga.pdf Acesso em 01 abr. 2025.

MELLO, Anahí Guedes de. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. **Ciência saúde coletiva [online]**, v. 21, n. 10, p. 3265-3276, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/J959p5hgv5TYZgWbKvspRtF/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em 01 abr. 2025.

MELLO, Anahi Guedes de. **Gênero, Deficiência, Cuidado e Capacitismo: uma análise antropológica de experiências, narrativas e observações sobre violências contra mulheres com deficiência** / Anahi Guedes de Mello; orientadora, Miriam Pillar Grossi, coorientador, Adriano Henrique Nuernberg, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/182556> Acesso em 01 abr. 2025.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Matrículas na educação especial chegam a mais de 1,7 milhão.** Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/matriculas-na-educacao-especial-chegam-a-mais-de-1-7-milhao> . Acesso em 01 abr. 2025.

PAIXÃO, Mara de Souza. **Educação inclusiva, formação docente e capacitismo: um estudo com professores na cidade de Parnaíba no Estado do Piauí [manuscrito de dissertação].** Fortaleza: Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de Fortaleza, 2024. Disponível em: <https://uol.unifor.br/auth-sophia/exibicao/37189> Acesso em 01 abr. 2025.

UNESP. Biblioteca Prof. Paulo de Carvalho Matos. Faculdade de Ciências Agrônômicas. Unesp Campus de Botucatu. **Tipos de revisão de literatura.** Disponível em: <https://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-revisao-de-literatura.pdf> Acesso em 01 abr. 2025.

